

Assembleia

13 NOV 1980

JORNAL DE BRASÍLIA

Oposições lançam hoje campanha pró-Constituinte

Tancredo Neves, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, presidentes do PP, PDT e PMDB, respectivamente, lançam hoje na Câmara dos Deputados a campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que deverá ser desencadeada nacionalmente a partir do dia 15, sábado, quando deveriam ser realizadas as eleições municipais. Na mesma oportunidade, será lido o manifesto endossado pelos três partidos.

Ontem os líderes na Câmara discutiram os detalhes finais do documento. Por último ele seria, já à noite, submetido ao líder do PP, Thales Ramalho. Participaram da elaboração do documento os deputados Heitor Alencar Furtado (PMDB-PR) e Francisco Pinto (PMDB-BA) e o economista Paulo Cesar Timm (PDT), sendo que a redação final foi dada por Paes de Andrade (PMDB-CE).

Em sua abertura o documento, ressalta o fato de que no dia 15 de novembro o povo deveria ter sido "convocado às urnas para eleger pelo voto direto os seus prefeitos e vereadores". Só há uma forma de reconquistar a democracia, frisa a nota, "através de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana".

Na área econômica, afirma o manifesto, o país já está dominado pelas multinacionais e "vê-se ameaçado de passar à humilhante tutela do Fundo Monetário Internacional". Mais adiante destaca que

o "feijão, a carne e o leite desapareceram da mesa do trabalhador. Os salários achatados são corroídos pela inflação que passa dos 100% ao ano".

A seguir vem uma série de conquistas populares que poderão ser obtidas através da convocação da Constituinte, entre elas, "a reforma agrária e a prevalência do trabalho sobre o capital". Outra das metas da constituinte, acrescenta o manifesto, será a legitimação da autoridade popular "encerrando o capítulo das nomeações indecorosas, inclusive de governadores incompetentes". Outros objetivos arrolados no documento são o direito de greve, liberdade sindical, acesso aos meios de comunicação e a restauração das liberdades públicas, fulminando a legislação de exceção".

O deputado Airton Soares, líder do PT na Câmara, disse ontem que seu partido não vai participar da campanha da Constituinte porque "ainda não se completou o período de discussão interna do partido". O líder do PT ao comentar a atitude dos demais oposicionistas disse duvidar que "tenha sido promovida um debate interno nos seus respectivos partidos". Para o PT, acrescentou Airton Soares, é ilegítimo um acordo de cúpula sobre matéria dessa importância. Ele entretanto não descartou a possibilidade de o PT vir, no futuro, a defender a Constituinte, mas para isso é preciso que o tema seja estudado nas bases do partido, explicou.